



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA**

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE
CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

Representação nº 15/2020-G4P

O **Ministério Público de Contas**, no exercício de seu mister, com fulcro no art. 85 da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF, nos arts. 1º, XIV e 76 da Lei Complementar nº 1/1994 e nos arts. 54, I, e 230, § 1º, IV², do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal, vem oferecer a seguinte

REPRESENTAÇÃO,

para que o Plenário determine a apuração dos fatos a seguir descritos.

ML4

² Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

I – DOS FATOS

Trata-se de Representação versando sobre possíveis falhas na execução do Programa Mobilidade Cidadã, instituído pela Lei nº 6.621/2020 e gerido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDES/DF.

Nos termos da Exposição de Motivos nº 222/2020 – SEEC/GAB engendrada pelo Secretário de Estado de Economia do Distrito Federal³, o objetivo do Projeto de Lei, que resultou na Lei nº 6.621/2020, foi conceder “*ajuda financeira à categoria dos permissionários e concessionários de **transporte coletivo escolar urbano e de turismo** do Distrito Federal, setor que tem sofrido de modo especial em virtude do isolamento social imposto em decorrência da pandemia, notadamente a suspensão prolongada do funcionamento das escolas e universidades, bem como dos centros de lazer de forma geral.*”

Contudo, os indícios identificados pelo **Parquet** de Contas apontam para a existência **divergências** entre os dados disponibilizados pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN/DF) e a relação beneficiários do auxílio, bem como para a **concessão do programa de transferência de renda para servidores do Distrito Federal**. Com efeito, não se mostra desarrazoado sugerir a possibilidade de pagamento de benefício para indivíduos **não elegíveis**. Caso confirmadas, as impropriedades narradas nesta Peça indicam a ineficiência dos mecanismos de controle utilizados pelo Distrito Federal para assegurar a regularidade do programa em comento, bem como para evitar a malversação de recursos públicos.

Nesse contexto, destaco que o Ministério Público de Contas, por intermédio do Ofício nº 281/2020-GPG⁴, solicitou informações da SEDES/DF acerca da execução do Programa Mobilidade Cidadã, contemplando a **relação nominal dos beneficiários**, com indicação da **condição considerada para concessão**, ou seja, a existência de cadastro dos favorecidos na Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal (SEMOB/DF) ou no DETRAN/DF.

Este Órgão requereu ainda o envio de esclarecimentos atinentes aos mecanismos de controle utilizados para registro do recebimento e entrega dos cartões, assim como no tocante às providências adotadas em relação aos cartões eventualmente não entregues aos respectivos beneficiários.

Em resposta, a jurisdicionada encaminhou o Ofício nº 1.368/2020 –

³ <https://legislacao.cl.df.gov.br/Legislacao/consultaProposicao-1!1259!2020!visualizar.action>

⁴ e-DOC 07B2D2C7



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

SEDES/GAB⁵. Por meio do referido expediente, a Pasta informou que **a Lei nº 6.621/2020 especificou as condições para pagamento do auxílio financeiro** aos proprietários de veículos destinados ao transporte coletivo escolar e de turismo.

No que concerne ao cadastro de beneficiários, transcrevo o consignado pelo Órgão distrital no Ofício nº 1.368/2020 – SEDES/GAB:

“Concernente a relação dos beneficiários atendidos pelo Programa, registramos que esta Secretaria de Desenvolvimento Social não realiza o cadastro dos permissionários de transporte turístico e escolar, e que a relação dos beneficiários cadastrados em 31 de janeiro de 2020 foi enviada pela Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal - SEMOB, após indicações da Secretaria de Turismo - SETUR e do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN, respectivamente. Considerando que a listagem enviada pelo DETRAN constava apenas o CNPJ, foi necessário abrir sistema para autocadastramento dos representantes legais, razão pela qual a lista nominal dos beneficiários, ainda não foi finalizada. De toda forma, esta Secretaria solicitou ao Banco Regional de Brasília - BRB, a listagem atualizada de todos os beneficiários já atendidos pelo Programa Mobilidade Cidadã, conforme Ofício nº 186/2020 - SEDES/SEADS (44848071) e que, assim que recebida a relação requestada nesta Pasta, daremos conhecimento das atualizações da demanda ao Ministério Público de Contas.” (Grifos acrescidos).

Malgrado as tratativas levadas a efeito pela SEDES/DF, até o presente momento, este **Parquet** especial não recebeu listagem atualizada de todos os beneficiários do Programa Mobilidade Cidadã. Não obstante, dados da transparência governamental permitem a **análise parcial** de alguns aspectos atinentes à regularidade da concessão do benefício, mormente ante a **divulgação dos beneficiários do auxílio financeiro** e de **listagem dos detentores de autorização** para exploração do serviço de transporte coletivo de estudantes no Distrito Federal.

Impende salientar que, segundo dados do Portal da Transparência do Distrito Federal, **1.707 pessoas** receberam **parcelas** do auxílio previsto na Lei nº 6.621/2020, no importe de R\$ 1.200,00, em razão de figurarem nas categorias de transporte escolar ou de turismo nos cadastros do **DETRAN/DF** e da **SETUR/DF**, perfazendo um dispêndio total da ordem de **R\$ 6.139.200,00**.

Todavia, ao confrontar os dados da relação de pessoas e veículos participantes do serviço de transporte escolar disponibilizada pelo DETRAN/DF, atualizada até 27/1/2020⁶, com aqueles atinentes às parcelas concedidas em virtude da existência de registro do beneficiário junto à citada autarquia distrital, este MPC/DF identificou algumas disparidades.

In casu, o **Parquet** de Contas, em um exame perfunctório, verificou que **142 beneficiários** não figuram nominalmente como permissionários ou como condutores de

⁵ e-DOC 897B40C7

⁶ Disponível em: http://www.detran.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/transporte_legal_atual.pdf. Acesso em: 1/12/2020.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

veículos de transporte de estudantes na lista disponibilizada no sítio eletrônico do DETRAN/DF, quais sejam:

Nome do beneficiário	Documento	Concessão	1ª Parcela	2ª Parcela	3ª Parcela	Valor do benefício	Valor Total
ADRIANA ALVES DIAS NASCIMENTO	***185241**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
ADRIANA MARTHA TONELINE MELCHIOR	***002331**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
ADRIANO LEITE SILVA	***725851**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
ALCIDES PEREIRA DAS NEVES	***370301**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
ALESSANDRO JESUS DE MORAIS	***381411**	DETRAN	12/08/2020	17/09/2020	06/10/2020	1.200,00	3.600,00
ALEX LEANDRO OLIVEIRA	***642651**	DETRAN	07/08/2020	17/09/2020	06/10/2020	1.200,00	3.600,00
ALEXANDRA DE FATIMA SILVA SOUSA	***989301**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
ALEXANDRE CORRENTE DA SILVA	***365291**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
ALISSON LACERDA CERQUEIRA	***117611**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
ALLAN DA SILVA BARBOZA	***625711**	DETRAN	12/08/2020	17/09/2020	06/10/2020	1.200,00	3.600,00
ALYSSON ROCHA DE AQUINO	***079281**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
AMANDA OLIVEIRA REIS SILVA	***129051**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
AMOS ALVES DOS SANTOS	***643601**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
ANA CLAUDIA MENDES GOMES DANTAS	***192991**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
ANDERSON APARECIDO CAETANO DA SILVA	***998751**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
ANDERSON JORGE DE JESUS CARVALHO	***174331**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
ANDRE CARLOS SILVA	***649841**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
ANDREIA ROSEMEIRE MAGALHAES DE SOUSA	***081191**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
ANTONIO CARLOS SOUSA SIQUEIRA	***360931**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
ANTONIO FRANCISCO BELO DE SOUSA	***758081**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
ANTONIO LUIS PEREIRA FILHO	***226103**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
ANTONIO LUIZ PENHA FERREIRA	***961491**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
APARECIDO GOMES MACHADO	***222771**	DETRAN	12/08/2020	17/09/2020	06/10/2020	1.200,00	3.600,00
ARTHUR DE AGUIAR SOUTO	***715431**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
AUGUSTO PEREIRA DE BRITO	***891601**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
BARBARA DE SOUZA RIBEIRO	***656151**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
CARLOS ALVES DA COSTA	***723831**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
CARLOS AUGUSTO FERREIRA BARROS	***293601**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
CARLOS LINEU RIZZINI	***024447**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
CARMEM PAES MACEDO	***310881**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
CASSIO JOSE DA SILVA	***702221**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Nome do beneficiário	Documento	Concessão	1ª Parcela	2ª Parcela	3ª Parcela	Valor do benefício	Valor Total
CELIO ROBERTO SOARES DA SILVA	***365011**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
CELSON DA SILVA COUTO	***209311**	DETRAN	26/08/2020	17/09/2020		1.200,00	2.400,00
CESAR BRANDAO MENDONCA	***322331**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
CINTIA APARECIDA GOMES DE SOUZA	***176091**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
CLAUDIANA RIBEIRO DE JESUS	***941311**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
CLAUDIO BARROS DO NASCIMENTO	***612221**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
CLEMENCIA MOREIRA FIGUEIRA	***172008**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
CRISTIANE GONCALVES PINTO DE QUEIROZ	***271981**	DETRAN	26/08/2020	17/09/2020		1.200,00	2.400,00
CRISTIANO CARDOSO TAVARES	***252831**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
CRISTIANO DE CIRQUEIRA CHAVES	***741901**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
DIANA SOUZA DE SANTANA	***559931**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
DIEGO VICTOR LEITE	***472939**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
DILEIA DO PRADO GUIMARAES	***317561**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
EDEJOFRE VIANA DE OLIVEIRA	***743071**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
EDMILSON VAZ COIMBRA	***434371**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
ELCIMAR DA COSTA MEIRELES	***493701**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
ELENECIO MARCELINO DOS REIS	***188501**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
ELIANE ALVES TORRES	***563951**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
ELIANE FERREIRA DE SOUZA	***354131**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
ELISMAR DE SOUZA ESTEVES OLIVEIRA	***840101**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
ERICKSON TAVARES DA SILVA	***152441**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
FABIO DANTAS FORTUNATO	***857201**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
FABIO EDUARDO SILVEIRA CARVALHO	***994331**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
FABIO TULIO ALVES BARBOSA	***220121**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
FELIPPE DA CONCEICAO QUEIROZ XAVIER	***987561**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
FERNANDA VIEIRA COIMBRA	***659171**	DETRAN	12/08/2020	17/09/2020	06/10/2020	1.200,00	3.600,00
FLAVIO XAVIER CARTAXO SALGADO	***915901**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
GECILENE RODRIGUES SANTOS	***697191**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
GERALDA MARIA DE SOUSA MELO	***611891**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
GERMANO BORBA NEVES JUNIOR	***187551**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
GIDEAO PEREIRA RIBEIRO	***024491**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
GILBERTO ALVES DA COSTA	***334701**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Nome do beneficiário	Documento	Concessão	1ª Parcela	2ª Parcela	3ª Parcela	Valor do benefício	Valor Total
GLAIDSON DA SILVA AMORIM	***647211**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
HALANA KIEVE PEREIRA DA COSTA	***049601**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
HELIEL GOMES DOS SANTOS	***776815**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
ILGO FERREIRA DE LIMA	***798771**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
ISABEL CRISTINA RODRIGUES DA SILVA	***871811**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
IVONALDO GUALBERTO NOVAIS	***853261**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
IZENILDE OLIVEIRA DOS SANTOS	***916261**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
JAILTON SOARES DE ALMEIDA	***114861**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
JAIR GOMES DE LIMA	***466901**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
JEFFERSON RAMOS SILVA	***311431**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
JOANDERSON GARCIA MAGALHAES	***441301**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
JOAO GONCALVES FERNANDES	***589376**	DETRAN	07/08/2020	17/09/2020	06/10/2020	1.200,00	3.600,00
JOAO MARIA DA COSTA LEMOS	***813171**	DETRAN	12/08/2020	17/09/2020	06/10/2020	1.200,00	3.600,00
JOAO RICARDO RODRIGUES	***074551**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
JOAO VICTOR CHAVES DE SOUSA	***368691**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
JONATHAN DA SILVA ANDRADE	***472841**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
JOSE ANTONIO PEREIRA CAMPOS	***806591**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
JOSE MARCOS FARIAS DE FREITAS	***160034**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
JOSE RIBAMAR SILVA NETO	***959891**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
JOSE SERAFIN	***224281**	DETRAN	07/08/2020	17/09/2020	06/10/2020	1.200,00	3.600,00
JOSE SOUTO DOS SANTOS	***589861**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
JOSE UBIRATAN DA SILVA BARROS	***335581**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
JOSE VALMIR AMARAL OLIVEIRA	***196751**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
JOSEMI NERES DE SOUZA	***597281**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
JOVEMILHA NUNES SATURNINO	***720573**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
JULIA XIMENES DA COSTA LIMA	***360421**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
JULIANA DOS SANTOS SOUSA	***520631**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
JURANIO CESAR LOPES DA SILVA	***151491**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
KELLY BESSA ALVES	***834251**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
LEONE OLIVEIRA DA PAIXAO	***421321**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
LEZIN GUSTAVO ROSALES MERIDA	***975231**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
LIGIA MARIA PONTE DO NASCIMENTO	***673921**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
LUCIANO SOUZA SANTOS	***311151**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Nome do beneficiário	Documento	Concessão	1ª Parcela	2ª Parcela	3ª Parcela	Valor do benefício	Valor Total
LUIS RICARDO DOS SANTOS OLIVEIRA	***847651**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
LUIZ CARLOS CASSIMIRO	***091726**	DETRAN	12/08/2020	17/09/2020	06/10/2020	1.200,00	3.600,00
LUIZ JOSE DA SILVA JUNIOR	***647381**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
MARCELO CARMO OLIVEIRA	***047061**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
MARCIO ROGERIO NERES DE LIMA	***148231**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
MARCOS VENICIUS DE OLIVEIRA JUNIOR	***336331**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
MARCUS VINICIUS SALES CORREIA	***440701**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
MARIA CIRLETH ALVES DA SILVA	***462191**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
MARIA DO SOCORRO DE JESUS	***016081**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
MARIA LISSETTE CASTILLO ARGUELLO	***662981**	DETRAN	12/08/2020	17/09/2020	06/10/2020	1.200,00	3.600,00
MARIA MADALENA MEIRELES DE SOUSA	***841761**	DETRAN	12/08/2020	17/09/2020	06/10/2020	1.200,00	3.600,00
MARIA NAZARE FERREIRA PINTO DE OLIVEIRA	***452118**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
MARISTELA DE MELO ENOKI	***296541**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
MARLY PEREIRA AMORIM	***036261**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
MARLY VIEIRA DOS SANTOS	***318221**	DETRAN	07/08/2020	17/09/2020	06/10/2020	1.200,00	3.600,00
MATEUS DOS SANTOS MARQUES	***098261**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
MEIRIANE PEREIRA DE CASTRO	***482881**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
MEIRIELE MOURA DE CARVALHO ROCHA	***415641**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
NAYARA LUIZA SERAFIM DE ARAUJO	***805351**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
NETULIO ALVES DA ROCHA	***819461**	DETRAN	12/08/2020	17/09/2020	06/10/2020	1.200,00	3.600,00
PAULO HENRIQUE DO AMARAL	***494001**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
RAFAEL BEZERRA DE LIMA	***402071**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
RAILDE VIEIRA DAS NEVES	***623651**	DETRAN	12/08/2020	17/09/2020	06/10/2020	1.200,00	3.600,00
RANNIELI PEREIRA DA SILVA	***551581**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
REGINA COELI SOARES MARQUES	***110201**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
ROBERTO MARTINS DOS SANTOS	***023961**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
RODRIGO DE SOUZA SILVA	***498711**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
RONALD DIAS MEDEIROS	***222531**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
RONALDO PAULINO DE AGUIAR	***300181**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
ROSAMIRA PEREIRA DOS SANTOS	***580041**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
ROSELI DA SILVA VARAO BACELAR	***186911**	DETRAN	12/08/2020	17/09/2020	06/10/2020	1.200,00	3.600,00
SANDRA MARIA DOS SANTOS SILVA	***004851**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Nome do beneficiário	Documento	Concessão	1ª Parcela	2ª Parcela	3ª Parcela	Valor do benefício	Valor Total
SILVANO DA SILVA COUTO	***563651**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
SIMONE ALMEIDA SAMPAIO	***256121**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
SUENY ALVES CABRAL MENDES	***494611**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
TALITA DE MENEZES DE ASSIS	***257061**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
TATIANA ALVES DOS SANTOS GUARDIANO	***763381**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
TATIANE DE LIMA RODRIGUES MARQUES	***598201**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
TEREZINHA APARECIDA DEDONNO	***499901**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
TEREZINHA DE ARAUJO MATOS	***336821**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
THIAGO NUNES DO NASCIMENTO	***424091**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
VALDEMIR GONCALVES BISPO	***644891**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
VANDINALDA FERREIRA DA SILVA	***589571**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
VERDON ANTONIO DA COSTA	***807211**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
VERONICA FELIPE DE MORAIS	***284101**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
WILLIAN CARVALHO PASSOS	***905923**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00

Mesmo que as pessoas listadas na tabela acima detenham registro no DETRAN/DF, tem-se que a falta de informações unificadas no órgão gestor do Programa (SEDES/DF) no tocante aos beneficiários sugere **falhas nos mecanismos de controle relacionados ao Programa Mobilidade Cidadã**. Como indicado nos esclarecimentos remetidos ao MPC/DF, a SEDES/DF depende de múltiplos cadastros (SEMOB/DF, DETRAN/DF e SETUR/DF) para identificação daqueles que fazem jus ao auxílio financeiro instituído pela Lei nº 6.621/2020 e, em face de lacunas na listagem enviada pelo DETRAN/DF, sequer dispõe da relação nominal de todos os beneficiários.

A ausência de domínio de dados básicos, vale dizer, nome dos beneficiários, para execução de programa que envolve dispêndio de recursos público, no sentir deste MPC/DF, não se compatibiliza com um **ambiente confiável de controle**, podendo culminar no pagamento indevido do auxílio.

Não bastasse, com arrimo nos dados divulgados no Portal da Transparência do DF, o MPC/DF identificou que servidores, empregados públicos, aposentados e beneficiários de pensão do Distrito Federal também auferiram parcelas atinentes ao auxílio financeiro instituído pela Lei nº 6.621/2020. Vejamos:

Percepção do benefício

Nome do beneficiário	Documento	Concessão	1ª Parcela	2ª Parcela	3ª Parcela	Valor do benefício	Valor Total
ADEVAILTON MANOEL PINTO	***636706**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
ADRIANA MARTHA TONELINE MELCHIOR	***002331**	DETRAN	21/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Nome do beneficiário	Documento	Concessão	1ª Parcela	2ª Parcela	3ª Parcela	Valor do benefício	Valor Total
BEATRIZ DOS SANTOS HOLANDA DE MEDEIROS	***156861**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
DANYELE SANTOS PAZ	***631901**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
EDUARDO DA SILVA PEREIRA	***730901**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
ELSON RODRIGUES DE CARVALHO	***532971**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
EMÍLIA DE ASSIS DA CONCEICAO	***129101**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
GERSON CARDOSO DE ALARCAO	***732341**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
GIDEAO PEREIRA RIBEIRO	***024491**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
HUGO RAMON DE SOUSA	***202751**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
JEZIEL SANTANA DOS SANTOS	***616261**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
JOSE AUGUSTO LOPES	***131421**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
JOSE MARIA DE AMORIM	***672051**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
JOZILENE LOPES MOREIRA DE PAIVA	***990631**	DETRAN	07/08/2020	17/09/2020	06/10/2020	1.200,00	3.600,00
MARIA CRISTINA ALVES PEREIRA	***343441**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
MARIA LUCINEIDE COSTA SOARES	***116101**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
MARIA NAILA DE ALMEIDA NUNES	***575301**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
MARINALDO JOSE SOARES	***303351**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
MAYARA MOREIRA LIMA PITANGUI	***706681**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
VALMEIRE SOUSA BEZERRA NAVES	***629091**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00
WASHINGTON ROMUALDO DOS REIS	***512031**	DETRAN	10/07/2020	13/08/2020	17/09/2020	1.200,00	3.600,00

Agentes públicos

NOME	CPF	ÓRGÃO	CARGO	SITUAÇÃO	MÊS	REMUNERAÇÃO
ADEVAILTON MANOEL PINTO	***636706**	SERVICO DE LIMPEZA URBANA - SLU	AGENTE GRS	ATIVO	9	R\$ 4.918,90
ADEVAILTON MANOEL PINTO	***636706**	SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE		ATIVO	9	R\$ 600,00
ADRIANA MARTHA TONELINE MELCHIOR	***002331**	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO - TEMPORARIO	CONTRATO TEMPORARIO	ATIVO	9	R\$ 5.016,55
BEATRIZ DOS SANTOS HOLANDA DE MEDEIROS	***156861**	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO - TEMPORARIO	CONTRATO TEMPORARIO	ATIVO	9	R\$ 6.174,23
DANYELE SANTOS PAZ	***631901**	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO - TEMPORARIO	CONTRATO TEMPORARIO	ATIVO	9	R\$ 5.595,39
EDUARDO DA SILVA PEREIRA	***730901**	ADMINISTRACAO REGIONAL DA FERCAL		ATIVO	9	R\$ 5.079,50



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

NOME	CPF	ÓRGÃO	CARGO	SITUAÇÃO	MÊS	REMUNERAÇÃO
ELSON RODRIGUES DE CARVALHO	***532971**	ADMINISTRACAO REGIONAL DA CANDANGOLANDIA		ATIVO	9	R\$ 3.334,50
EMILIA DE ASSIS DA CONCEICAO	***129101**	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO	AGENTE G.E.-COPA E COZINHA	APOSENTADO	9	R\$ 2.560,38
GERSON CARDOSO DE ALARCAO	***732341**	SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL/ TCB	MOTORISTA	ATIVO	9	R\$ 3.869,55
GIDEAO PEREIRA RIBEIRO	***024491**	POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - SIAPE	PRIMEIRO SARGENTO	APOSENTADO	9	R\$ 9.096,90
HUGO RAMON DE SOUSA	***202751**	SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE	MOTORISTA	ATIVO	9	R\$ 5.704,83
JEZIEL SANTANA DOS SANTOS	***616261**	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO	AGENTE G.E.-VIGILANCIA	ATIVO	9	R\$ 5.465,94
JOSE AUGUSTO LOPES	***131421**	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO	AGENTE G.E.-VIGILANCIA	APOSENTADO	9	R\$ 5.695,12
JOSE MARIA DE AMORIM	***672051**	SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	PENSAO	9	R\$ 1.764,47
JOZILENE LOPES MOREIRA DE PAIVA	***990631**	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO - TEMPORARIO	CONTRATO TEMPORARIO	ATIVO	9	R\$ 5.595,39
MARIA CRISTINA ALVES PEREIRA	***343441**	POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - SIAPE		PENSÃO	9	R\$ 2.154,19
MARIA LUCINEIDE COSTA SOARES	***116101**	DEFENSORIA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL	ANALISTA POL PUBL E GEST GOV	ATIVO	9	R\$ 11.929,06
MARIA NAILA DE ALMEIDA NUNES	***575301**	SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL	ANALISTA POL PUBL E GEST GOV	ATIVO	9	R\$ 9.192,4
MARIA NAILA DE ALMEIDA NUNES	***575301**	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL	ANALISTA POL PUBL E GEST GOV	APOSENTADO	9	R\$ 9.192,40
MARINALDO JOSE SOARES	***303351**	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO	AGENTE G.E.-SERV GERAIS	PENSAO	9	R\$ 1.666,28
MAYARA MOREIRA LIMA PITANGUI	***706681**	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO - TEMPORARIO	CONTRATO TEMPORARIO	ATIVO	9	R\$ 5.016,55
VALMEIRE SOUSA BEZERRA NAVES	***629091**	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO	PROFESSOR DE EDUC. BASICA	APOSENTADO	9	R\$ 10.277,51
WASHINGTON ROMUALDO DOS REIS	***512031**	POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - SIAPE	PRIMEIRO SARGENTO	APOSENTADO	9	R\$ 9.448,36

No entanto, o **Parquet** de Contas não logrou localizar alguns servidores que receberam o bolsa mobilidade cidadão na relação de autorizatários do DETRAN/DF, são eles: Adriana Martha Toneline Melchior e Gideão Pereira Ribeira.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Sem embargo, após realizar pesquisa para identificação das pessoas jurídicas vinculadas aos CPF's dos agentes públicos, verificou-se que a Sra. Adriana Martha Toneline Melchior é a **empresária individual responsável pela Nathur Transporte Escolar e Turismo Eireli**. A referida pessoa jurídica é integrante da relação de participantes do Serviço de Transporte Coletivo de Escolares do Distrito Federal.

Semelhante ao verificado em relação a agente contratada temporariamente pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, os elementos obtidos por este Órgão Ministerial evidenciam que outros servidores integram os quadros de pessoas jurídicas, inclusive como **sócios-administradores**, quais sejam:

Nome do beneficiário	Documento	CPF	Empresas vinculadas ao CPF	CNPJ
ELSON RODRIGUES DE CARVALHO	***532971**	494.532.971-00	CB Peças Comercio e Representação Ltda. (Sócio-Administrador)	37.170.743/0001-70
JOZILENE LOPES MOREIRA DE PAIVA	***990631**	775.990.631-53	Paiva e Valle Ltda. (Sócio-Administrador)	02.834.672/0001-28

O MPC/DF também constatou que alguns agentes públicos identificados no rol de benefícios do auxílio financeiro em comento são ocupantes de **cargos comissionados** no Governo do Distrito Federal, para os quais o regime jurídico aplicável impõe **dedicação integral** ao serviço, nos termos do art. 58 da Lei Complementar nº 840/2011.

De modo exemplificativo, informo que o Sr. Eduardo da Silva Pereira atua no cargo de **Chefe da Assessoria de Planejamento da Administração Regional da Fercal**, nos termos do ato de nomeação publicado no DODF nº 167, de 3/9/2019, p. 17. Já o Sr. Elson Rodrigues de Carvalho, a teor de publicação realizada no DODF nº 127, de 8/7/2020, p. 19, foi nomeado para exercer o cargo de **Gerente da Gerência de Licenciamento de Obras e Atividades Econômicas da Diretoria de Aprovação e Licenciamento da Administração Regional da Candangolândia**.

Sem pretender exaurir as possíveis inconsistências atinentes à concessão do auxílio financeiro aos proprietários de veículos destinados ao transporte coletivo escolar e de turismo criado pela Lei nº 6.621/2020, esta Quarta Procuradoria entende que os fatos apontados desafiam a atuação da Corte de contas do Distrito Federal.

Na visão deste MPC/DF, as possíveis **falhas constatadas** não se compatibilizam com as normas de regência da matéria e tampouco com os princípios da **legalidade**, da **economicidade**, da **moralidade** e da **supremacia e indisponibilidade** do interesse público.

Nesse viés, vale rememorar que este Órgão Ministerial identificou indícios que apontam para a existência de **fragilidades nos controles de concessão do benefício**, inclusive ante a ausência de informações acerca dos reais beneficiários do programa e para o **recebimento** de programa de transferência de renda criado para enfrentamento da crise gerada pelo Coronavírus **por agentes públicos**, os quais, em alguns casos, sequer poderiam ser autoritários do serviço de transporte de estudantes ou exercer empresa.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Com efeito, tal panorama, no modo de pensar deste MPC/DF, demanda a realização de ação de controle pela Corte de Contas do Distrito Federal.

II – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Como é de conhecimento deste Tribunal, os efeitos provocados pela pandemia do Covid-19 trouxeram a necessidade de promoção de medidas de enfrentamento governamental nas áreas de saúde e econômico-social. Neste último campo de atuação, os governos Federal, Estadual, Municipal e Distrital, cada um dentro de suas competências legislativas e materiais, instituíram **auxílios emergenciais de transferência de renda**, como forma de mitigar, dentre outros problemas, o desemprego e a diminuição de circulação de capital no mercado, garantindo, assim, o **mínimo existencial** para a população, sobretudo para aquela mais vulnerável.

Em apertada síntese, tais auxílios financeiros são dedicados aos cidadãos que se enquadrem em **critérios de elegibilidade pré-definidos**, os quais, entre outros, privilegiam trabalhadores informais, microempreendedores individuais, **autônomos** e desempregados, possivelmente aqueles mais afetados no interstício da quarentena.

Nesse contexto, por meio da Lei nº 6.621/2020, o Distrito Federal, a teor do seu art. 1º, garantiu a concessão de auxílio financeiro aos proprietários de ônibus e micro-ônibus ou outros veículos destinados ao **transporte coletivo escolar e de turismo** que prestam serviço mediante concessão ou permissão do Poder Público e que se encontravam **devidamente cadastrados em 31 de janeiro de 2020**.

No que alude às condições de elegibilidade para fazer jus ao auxílio financeiro, vale destacar o disposto nos arts. 1º, § 3º, e 4º da Lei nº 6.621/2020:

*“Art. 1º Fica concedido auxílio financeiro aos proprietários de ônibus e micro-ônibus ou outros veículos destinados ao transporte coletivo escolar e de turismo **que prestam serviço mediante concessão ou permissão do poder público e que se encontravam devidamente cadastrados em 31 de janeiro de 2020**.*

§ 1º (VETADO).

§ 2º O auxílio é concedido em 2 parcelas mensais no valor de R\$ 1.200,00 cada, podendo ser estendido por mais 1 mês, com o mesmo valor, a critério do Poder Executivo.

§ 3º São condições para fazer jus ao auxílio financeiro de que trata o caput:

*I – **estar devidamente cadastrado**, em 31 de janeiro de 2020, no Cadastro de Permissionários/Concessionários da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – Semob;*

*II – **estar regularmente registrado**, em 31 de janeiro de 2020, junto ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran/DF na categoria de transporte escolar ou turismo.*

§ 4º (VETADO).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Art. 2º O auxílio financeiro de que trata o art. 1º é estendido aos taxistas do Distrito Federal que possuam situação regular junto à Semob, na forma da Lei nº 5.323, de 17 de março de 2014, e atendam aos requisitos da Lei federal nº 12.468, de 26 de agosto de 2011. (Artigo vetado pelo Governador, mas mantido pela Câmara Legislativa do Distrito Federal)

Art. 3º (VETADO).

*Art. 4º O auxílio financeiro de que trata o art. 1º independe de requerimento ou ato concessivo, e é **concedido com base no Cadastro de Permissionários/Concessionários da SEMOB.***” (Grifos acrescentados).

Verifica-se, portanto, que a condição básica para percepção do programa de transferência de renda é **constar de cadastro público de pessoas físicas e jurídicas autorizadas a explorar serviços de transporte no Distrito Federal.**

Como estipulado no art. 4º da norma, o auxílio **dispensa** requerimento ou ato concessivo, o que indica que o legislador partiu da premissa de que todos os potenciais beneficiários deixaram de possuir meios de subsistência no período de isolamento social e que, portanto, demandam assistência financeira do Estado. Essa lógica, por óbvio, não é aplicável aos servidores públicos, aposentados e beneficiários de pensão.

Além disso, no que concerne ao Transporte Coletivo de Escolares - STCE, o Decreto nº 37.332/2016, em seu art. 5º, **obsta a concessão de autorização para exploração do STCE a pessoas físicas que ocupem cargos ou funções públicas**. Eis o texto da norma:

“Art. 5º Não será concedida autorização para exploração do STCE à pessoa física que ocupe cargo ou função pública.

Art. 6º Somente poderão conduzir veículos escolares os condutores previamente aprovados pelo DETRAN/DF, mediante autorização específica, precedida da comprovação e apresentação das seguintes condições e documentos:

(...)

X) declaração do requerente de que não exerce cargo ou função pública”.

Do mesmo modo, ocupante de cargo ou função pública não pode ser cadastrado como condutor de veículo destinado ao transporte coletivo de estudantes no Distrito Federal. As aludias restrições, no modo de sentir deste Órgão Ministerial, possuem o desiderato de **evitar o conflito de interesses entre o exercício de cargo público e a execução de serviço delegado pelo Estado.**

Dito isso, tenho que uma **leitura sistemática dos regramentos aplicáveis**, ao menos no que concerne aos indivíduos que atuam no transporte coletivo de estudantes, permite concluir que servidores públicos do Distrito Federal **não deveriam ser beneficiários do Programa Mobilidade Cidadã**, ante a existência de restrição para o exercício da atividade.

Afora a vedação indicada, a rigor, nenhum agente público remunerado **deveria ser beneficiário de auxílio relacionado ao enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19, entre eles o mobilidade cidadã**. Ora, em um cenário de recursos escassos, a teleologia das normas permite concluir que os auxílios emergenciais visam assegurar a subsistência das



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

famílias que **deixaram de auferir renda em razão das medidas restritivas impostas para mitigar o avanço do novo Coronavírus**, condição na qual, repita-se, não se inserem os servidores e empregados públicos, beneficiários de pensão e aposentados.

Há, portanto, fortes indícios de que a sistemática de concessão do auxílio distrital **possui vulnerabilidades** que permitem a cidadãos, **em princípio não elegíveis**, perceberem pagamentos sem que, na prática, fizessem jus. Essa constatação pode ensejar o **enriquecimento sem causa**⁷ daquele que, **não atendendo aos requisitos legais para a percepção do benefício**, recebe do Estado parcela indevida, afastando-se, portanto, o postulado da **boa-fé objetiva**.

Vale destacar que se trata de uma situação crítica, uma vez que o pagamento de um auxílio a uma pessoa não elegível pode ceifar o pagamento do benefício a um cidadão que cumpra os requisitos legais para concessão. Tal desvirtuamento **fragiliza** a tentativa estatal de propiciar uma rede de proteção social durante a pandemia, um dos objetivos dispostos na Lei distrital.

Ademais, ao se cadastrar como autorizatário para execução de transporte de estudantes, em desacordo com vedação legal expressa e, por consequência, perceber benefício assistencial destinado àqueles com renda afetada em virtude das medidas de isolamento voltadas ao enfrentamento da pandemia da Covid-19, o **servidor público** age em descompasso com os deveres de retidão e probidade esperados dos agentes do Estado, vilipendiando desse modo o princípio da **moralidade administrativa**.

A percepção de auxílio emergencial de qualquer sorte por servidor público atinge o próprio Estado, pois um benefício que deveria estar sendo destinado à população mais vulnerável finda por ter como destino alguém que, teoricamente, detém melhores condições de se manter menos afetado na situação atualmente vivenciada por todos. Trata-se de situação assaz reprovável.

Nesse sentido, cabe ao Tribunal, em momento oportuno, determinar providências no sentido de que a Controladoria-Geral do DF promova as devidas **apurações administrativas disciplinares no que se refere à conduta dos servidores** que, em um momento delicado por qual toda a sociedade vem passando, **tenham infringido os normativos de regência**, com a percepção do auxílio destacado nesta Exordial. De igual modo deve haver averiguação acerca da ilegalidade decorrente do exercício de atividade delegada por servidores públicos, inclusive no tocante ao cometimento de eventual infração disciplinar pelos envolvidos.

Com efeito, em face dos indícios de irregularidade narrados nesta Peça, o **Parquet** entende premente a atuação da Corte de Contas do Distrito Federal, estabelecida no art. 1º, V, **b** e VII, da LC nº 1/1994, a ser materializada em **procedimento de fiscalização** tendente a verificar a legalidade dos pagamentos realizados pelo Governo do Distrito Federal relacionados ao **Programa Mobilidade Cidadã**, instituído pela Lei nº 6.621/2020, haja vista

⁷ Art. 884 do CC/2002: “Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.”



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

os fortes indícios de que recursos públicos estejam sendo destinados a parcela da população que não atende à essência das normas concessivas, possibilitando violação tanto ao princípio da **legalidade**, como à **moralidade**, ao **interesse público** e à **eficiência**, todos explicitamente consignados no art. 19 da LODF.

III – DO PEDIDO

Ante todo o exposto e considerando que esta Corte de Contas é competente para apreciar a questão em comento, uma vez que a ela compete apurar denúncias sobre irregularidade e ilegalidade de atos praticados pela Administração Pública, consoante o disposto no art. 1º, § 3º e 76 da Lei Complementar nº 1/1994, bem como zelar pela correta aplicação da Lei e dos recursos públicos, o Ministério Público de Contas requer ao Plenário que:

I – **conheça** da presente Representação;

II – com fulcro no art. 230, § 7º, do RI/TCDF, **dê conhecimento** da Representação à Secretaria de Estado de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal para, querendo, apresentar os esclarecimentos que entender pertinentes quanto aos **fatos narrados na presente peça**;

III – **encaminhe** os autos ao Corpo Técnico para instrução, a fim de apurar possível a ocorrência das irregularidades narradas nesta Peça, autorizando, desde já a instauração de procedimento de fiscalização para a devida apuração dos fatos narrados nesta Representação.

Brasília, 7 de dezembro de 2020.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador-Geral